



**COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUERITO DOS ATOS
DE 8 DE JANEIRO DE 2023**

CPMI- 8 de JANEIRO

Requer que sejam prestadas, pela Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, em meio eletrônico, informações para subsidiar os trabalhos desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

REQUERIMENTO Nº DE 2023

Com fundamento no art. 58, da Constituição Federal combinado com o art. 2º, da Lei nº 1.579/1952, o art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal e o art. 151 do Regimento Interno do Congresso Nacional, requero a aprovação do presente requerimento, para que sejam requisitadas à Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, em meio eletrônico, as seguintes informações e documentos:

1. Todos os relatórios produzidos por essa agência de inteligência sobre a movimentação dos manifestantes antes e após às manifestações do dia 8 de janeiro de 2023 em Brasília.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito tem como seu objetivo investigar os atos de ação e omissão ocorridos em 8 de janeiro de 2023, nas Sedes dos Três Poderes da República, em Brasília.

Tais atos, ocorridos em 08 de janeiro do presente ano, debandaram, posteriormente, para ações de depredação do patrimônio público e verdadeiros atos de vandalismo contra às instituições da República, condutas estas inaceitáveis e que merecerem devida reprimenda estatal.



Imagens mostraram que vândalos invadiram as sedes dos Poderes Judiciário, Executivo e Legislativo, causando depredações e vandalismo em Brasília, além de atos de violência contra agentes de segurança pública e jornalistas que cobriam esse nefasto evento.

O rastro de destruição deixado no domingo (08/01) nas edificações que abrangem a Praça dos Três Poderes – Palácio do Planalto, Congresso Nacional e Supremo Tribunal Federal (STF) – foi além dos móveis e vidraças, atacou-se também agentes da segurança pública distritais e federais.

O fato é que, para além dos severos prejuízos materiais ocorridos em prédios públicos, o ataque perpetrado de forma simultânea aos três Poderes da República significou ofensa contra a própria democracia, em um dos momentos mais violentos da política brasileira pós-redemocratização.

Diante de tamanha violência, cabe uma investigação extremamente metuculos, sobre os fatos que motivaram as terríveis ações, bem como aqueles que participaram diretamente, que as financiaram e também quem poderia tê-las evitado ou pelo menos mitigado e assim não o fez.

Tornou-se de conhecimento público denúncias gravíssimas de que a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) teria emitido alertas para o Governo do DF e para o Governo Federal de que os atos poderiam se transformar em vandalismo contra as instituições públicas.

As informações da ABIN foram distribuídas para todos os integrantes do Sisbin (Sistema Brasileiro de Inteligência), rede que une 48 órgãos em 16 ministérios diversos.

O fato é que essa tragédia já vinha se desenhando há bastante tempo. Os gravíssimos atos como aqueles que ocorreram no dia 12 de dezembro de 2022, no qual vândalos tentaram invadir o prédio sede da Polícia Federal, bem como o artefato explosivo encontrado num caminhão tanque próximo ao aeroporto internacional de Brasília, já apontavam a real possibilidade de um ataque mais contundente às instituições democráticas.

Na verdade, essas pessoas jamais foram invisíveis, o acampamento em frente ao QG do exército em Brasília por mais de 2 meses (na sua maioria pacificamente), as inúmeras articulações realizadas por meio de redes sociais e sites de relacionamento, bem como o deslocamento de mais de uma centena e ônibus com destino à capital federal já davam indícios de que aquele dia 08 de janeiro não iria acabar. Dito e feito!

Sendo a Agência Brasileira de Inteligência órgão que tem entre outras funções a preservação da soberania nacional, a defesa do Estado Democrático de Direito,



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **EDUARDO GIRÃO**

sabemos que essa instituição já vinha monitorando as manifestações, movimentações, bem como o conhecido acampamento em frente ao QG do Exército, tanto que emitou o já citado relatório para as 48 instituições e 16 ministérios.

Diante disso, entede-se que a ABIN produziu uma vasta documentação sobre os momentos que antecederam e aqueles posteriores aos atos investigados por essa CPMI. Portanto, considera-se que os documentos solicitados à essa agência de inteligência, permitirão a elucidação de diversos aspectos relacionados ao objeto de investigação da presente Comissão, motivo pelo qual pedimos o apoio aos membros desta Comissão para aprovação do presente Requerimento.

Sala das Comissões em 24 de maio 2023.

Senador Eduardo Girão